



As Implicações do Lambebotismo nas Instituições Públicas e Privadas em Moçambique

The Implications of Lambebotismo in Public and Private Institutions in Mozambique

Las Implicaciones del Lambebotismo en las Instituciones Públicas y Privadas en Mozambique

Domingos Ireneu António Banhira e Domingos Joaquim Vasco

RESUMO: O fenómeno do "lambebotismo" (bajulação crónica e adulação oportunista) constitui uma patologia social e organizacional que afeta o desenvolvimento das instituições em Moçambique. O objetivo deste estudo é analisar as implicações do lambebotismo no desempenho, na ética e na estrutura das instituições públicas e privadas moçambicanas, identificando os seus principais impulsionadores e os danos causados ao desenvolvimento socioeconómico do país. Metodologicamente, adotou-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) de abordagem qualitativa e nível descritivo, fundamentada em dados do Google Académico, SciELO e relatórios do Centro de Integridade Pública (CIP), cruzando-os com evidências empíricas locais das províncias de Tete e Manica. Os resultados demonstram que a aversão institucional à transparência e a sacralização do líder consolidam a cultura dos *yes-men*, o que aniquila a meritocracia nos processos de contratação e promoção funcional, com destaque para setores como o Ministério do Interior, Educação e Saúde. A nível microrregional, esta vassalagem psicológica blindou a incompetência técnica e serviu como antessala para a corrupção sistémica e a sobrefaturação de obras públicas (como as infraestruturas inoperantes em Changara), gerando desvio de recursos públicos. Conclui-se que o dismantelamento do lambebotismo exige reformas administrativas profundas baseadas em concursos públicos cegos, auditorias independentes e na descentralização da fiscalização, condições fundamentais para resgatar a integridade e a racionalidade burocrática no país.

Palavras-chave: Lambebotismo; Administração Pública; Meritocracia; Clientelismo; Moçambique.

ABSTRACT: The phenomenon of "lambebotismo" (chronic flattery and opportunistic adulation) constitutes a social and organizational pathology that affects the development of institutions in Mozambique. The objective of this study is to analyze the implications of lambebotismo on the performance, ethics, and structure of Mozambican public and private institutions, identifying its main drivers and the damage caused to the country's socioeconomic development. Methodologically, a Systematic Literature Review (SLR) was adopted with a qualitative approach and descriptive level, based on data from Google Scholar, SciELO, and reports from the Center for Public Integrity (CIP), crossing them with local empirical evidence from Tete and Manica provinces. The results demonstrate that institutional aversion to transparency and the sacralization of the leader consolidate a culture of *yes-men*, which annihilates meritocracy in hiring and functional promotion processes, especially in sectors such as the Ministry of Interior, Education, and Health. At a micro-regional level, this psychological vassalage has shielded technical incompetence and served as a prelude to systemic corruption and the over-invoicing of public works (such as the inoperable infrastructures in Changara), generating embezzlement of public funds. It is concluded that dismantling lambebotismo requires deep administrative reforms based on blind public examinations, independent audits, and the decentralization of inspection, which are fundamental conditions to rescue integrity and bureaucratic rationality in the country.

Keywords: Lambebotismo; Public Administration; Meritocracy; Clientelism; Mozambique.

RESUMEN: El fenómeno del "lambebotismo" (adulación crónica y oportunista) constituye una patología social y organizacional que afecta el desarrollo de las instituciones en Mozambique. El objetivo de este estudio es analizar las implicaciones del lambebotismo en el desempeño, la ética y la estructura de las instituciones públicas y privadas mozambiqueñas, identificando sus principales impulsores y los daños causados al desarrollo socioeconómico del país. Metodológicamente, se adoptó una Revisión Sistemática de la Literatura (RSL) con enfoque cualitativo y nivel descriptivo, basada en datos de Google Académico, SciELO e informes del Centro de Integridad Pública (CIP), cruzándolos con evidencia empírica local de las provincias de Tete y Manica. Los resultados demuestran que la aversión institucional a la transparencia y la sacralización del líder consolidan la cultura de los *yes-men*, lo que aniquila la

Docente de História e Pesquisador na Escola Básica de Mazoe-Changara, Tete- Moçambique,

E-mail: domingosbanhira@gmail.com

Livre-docente de História Geografia e Pesquisador. Tete-Moçambique, E-mail: domingosvasco1@gmail.com

DOI: 10.18378/rbpa.v9i2.12282

ISSN 2447-5149 Revista. Brasileira de Pesquisa em. Administração, (14).01(2026):0375:0394

meritocracia en los procesos de contratación y promoción funcional, especialmente en sectores como el Ministerio del Interior, Educación y Salud. A nivel microrregional, este vasallaje psicológico ha blindado la incompetencia técnica y ha servido como preludio a la recuperación de la corrupción sistémica y la sobrefacturación de obras públicas (como las infraestructuras inoperantes en Changara), generando malversación de fondos públicos. Se concluye que dismantlar el lambebotismo requiere reformas administrativas profundas basadas en concursos públicos ciegos, auditorías independientes y la descentralización de la fiscalización, condiciones fundamentales para rescatar la integridad y la racionalidad burocrática en el país.

Palabras clave: Lambebotismo; Administración Pública; Meritocracia; Clientelismo; Mozambique.

INTRODUÇÃO

No vasto universo lexical da Língua Portuguesa, o termo informal "lambebotismo" (registrado na lexicografia formal como *lambe-botismo*) descreve a tendência sistemática para o elogio servil, a adulação exagerada e o comportamento próprio de um indivíduo laçao ou subserviente (Vilela, 1999; Machungo, 2015). Do ponto de vista etimológico, a expressão deriva do vocábulo composto *lambe-botas* termo que evoca a imagem física de rebaixamento e vassalagem psicológica perante uma figura dotada de autoridade ou poder hierárquico (Botelho, 2021; Chichongue, 2024).

Embora a essência do fenómeno seja transversal à condição humana, a sua manifestação sociolinguística assume contornos e nomenclaturas particulares nos diferentes países que integram a lusofonia: No Brasil, a conduta é popularmente indexada sob as expressões "*puxa-saquismo*" ou "*bafejamento*"; Em Portugal, o ato é frequentemente sinonimizado como "*engraxismo*" ou "*graxismo*", remetendo analogamente ao ato de polir o calçado de outrem para obter favores; Em Angola e noutros contextos da África Subsaariana, cruza-se por vezes com o conceito de "*gandulagem*" ou clientelismo de base.

Em Moçambique, contudo, o *lambebotismo* rompeu as fronteiras da mera gíria informal ou da anedota quotidiana para se converter numa verdadeira categoria analítica sociopolítica. No cenário moçambicano, a palavra descreve uma patologia social e organizacional profunda que corrói as fundações éticas e burocráticas do Estado e das empresas (Wilson e Cadeado, 2022). Ao contrário de uma adulação casual, o lambebotismo em Moçambique institucionalizou-se como uma tecnologia informal de sobrevivência e progressão na carreira, operando como uma moeda de troca num sistema onde o mérito é substituído pela vassalagem e a competência técnica capitula perante a subordinação política.

Nas últimas décadas, o debate em torno da governança corporativa, da ética administrativa e da eficiência organizacional em Moçambique tem focado, majoritariamente, em elementos macroestruturais como a corrupção financeira, o nepotismo e a fragilidade das instituições reguladoras (Mbenhane, 2025). No entanto, ainda persiste no sistema administrativo em moçambique uma patologia social e organizacional de natureza comportamental que opera de forma silenciosa, mas igualmente devastadora: o "lambebotismo" (Ferro, 2015). Sinonimizado no léxico popular e na literatura sociopolítica como o ato de bajulação crónica ou adulação oportunista, o lambebotismo

transcende a mera conduta interpessoal inofensiva, configurando-se como uma tecnologia informal de ascensão social e profissional que distorce os canais legítimos de mobilidade nas organizações.

A transição desse vocábulo do espaço da sátira social para a literatura científica moçambicana reflete uma mudança profunda na percepção das disfunções administrativas locais. Longe de ser um mero traço de cordialidade ou uma excentricidade de temperamento, a bajulação institucionalizada passou a ser compreendida como um mecanismo informal de privatização do espaço público (Souza, 2020). Essa prática cria uma barreira invisível, mas intransponível, que impede o funcionamento regular dos preceitos constitucionais de igualdade de oportunidades e de acesso ao emprego público. Ao erigir a lealdade cega ao chefe como critério de legitimação, o sistema gera uma blindagem que protege a incompetência e pune o mérito.

Essa dinâmica de subordinação psicológica estabelece uma relação de causalidade direta com os grandes problemas estruturais enfrentados pelo país. A literatura contemporânea sobre a sociologia das organizações no contexto africano demonstra que a tolerância à adulação atua como um catalisador de redes clientelistas (Samaha, 2021). Quando o elogio fácil passa a valer mais do que o brio e o rigor profissional, cria-se um ambiente de opacidade que enfraquece a prestação de contas (*accountability*) e neutraliza a capacidade de fiscalização dos cidadãos sobre os gestores do erário público. É precisamente esta conexão entre o microcomportamento individual e o macroimpacto institucional que exige um olhar atento da academia (Schneider, 2026).

O ambiente pós-colonial e os processos de transição política e económica em Moçambique moldaram estruturas institucionais onde a lealdade partidária ou pessoal, muitas vezes, sobrepõe-se à competência técnica (Jose, 2005; Semedo, 2021). É nesse vácuo meritocrático que o lambebotismo se institucionaliza. Ao substituir o mérito individual pela adulação sistemática, essa prática atua como um vetor de promoção da mediocridade, uma vez que indivíduos desprovidos de qualificações técnicas robustas logram alcançar postos de liderança e decisão baseando-se estritamente na vassalagem psicológica perante as chefias (Rocha, 2018; N'runca, 2025). Por conseguinte, as instituições quer no aparelho do Estado, quer no setor privado sofrem de um processo de esvaziamento cognitivo e técnico, comprometendo a eficácia das políticas públicas e a competitividade do mercado empresarial.

Sob a ótica da integridade pública, o lambebotismo atua como a antessala da corrupção. Ele anula o pensamento crítico dentro dos departamentos, neutraliza os mecanismos de fiscalização interna e cria uma cultura de infalibilidade ao redor dos gestores, blindando-os contra auditorias sociais ou institucionais (Senga e Silva, 2015; André de Amaral e Borges Leão, 2023). O subordinado que adula o superior não apenas protege a incompetência deste, mas também pavimenta o caminho para a apropriação indevida de bens públicos, perpetuando redes de clientelismo que sufocam o desenvolvimento socioeconómico do país (Ribeiro, 2007; Poeschl e Ribeiro, 2010).

Diante deste cenário, este estudo justifica-se pela premente necessidade de conferir rigor científico e conceptual a um fenómeno amplamente debatido na esfera pública moçambicana, mas escassamente sistematizado pela literatura académica de administração e sociologia organizacional. O objetivo geral desta pesquisa é analisar as implicações do lambebotismo no desempenho, na ética e na estrutura das instituições públicas e privadas em Moçambique, identificando os seus principais

impulsionadores e os danos causados ao desenvolvimento do país. Pretende-se responder à seguinte questão norteadora:

De que forma a institucionalização da bajulação como critério informal de progressão na carreira afeta a integridade e a produtividade das organizações em Moçambique?

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conceito e Natureza do Lambebotismo

O termo *lambebotismo*, embora oriundo do léxico informal e da linguagem coloquial moçambicana, converteu-se num construto analítico indispensável para descrever práticas de bajulação extrema, oportunismo político e favorecimento pessoal em contextos institucionais. Trata-se de uma conduta disfuncional que compromete a imparcialidade administrativa, fomenta a corrupção e esvazia os pilares da meritocracia, culminando na erosão da eficácia das organizações.

Segundo as análises sociopolíticas de Carlos Serra (2014), o lambebotismo pode ser interpretado como uma manifestação de dominação simbólica. Sob esta perspetiva, os atores subordinados desprovidos de capital técnico robusto recorrem à adulação sistemática como estratégia de sobrevivência ou de ascensão na pirâmide do poder. Esta dinâmica subverte a racionalidade burocrática weberiana e fragiliza os princípios basilares da boa governação, transformando a lealdade cega e a vassalagem psicológica nos principais critérios informais de progressão profissional.

A Interface entre o Sistema Eleitoral, Opacidade Coletiva e a Elite Governante

A génese e a consolidação do lambebotismo em Moçambique encontram-se intrinsecamente ligadas ao comportamento dos órgãos de administração e supervisão do Estado (Campos, 2021). Relatórios e dados históricos divulgados por organizações da sociedade civil e consórcios de monitoria eleitoral como o Centro de Integridade Pública (CIP) associam a perpetuação desta patologia à opacidade e às irregularidades que afetam os processos eleitorais no país. A atuação politizada de instituições como o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) e a Comissão Nacional de Eleições (CNE) evidencia cenários onde ordens ilegais emitidas por instâncias superiores são acatadas sem contestação pelas estruturas subalternas, demonstrando a subordinação desses órgãos ao regime político vigente (CIP, 2010 e Naífe,, 2022).

Esta engrenagem clientelista expande-se por meio da corrupção ativa e da compra de influências (Machava, 2025). Adicionalmente, verifica-se a cooptação de determinados setores da

imprensa e do meio académico, instrumentalizados para neutralizar o debate na esfera pública, contrariar a opinião crítica e legitimar discursos que perpetuam o individualismo e os interesses económicos de uma minoria que integra a elite governante (Garibe Filho, 2023).

O sistema eleitoral proporcional moçambicano, ao conferir primazia às listas partidárias na escolha de deputados para a Assembleia da República, acaba por ser permeado por lógicas de nepotismo, favoritismo ("amiguismo") e redes de corrupção que afetam transversalmente o xadrez político (Costa, 2012). Esse desenho institucional remove de cena as qualificações técnicas e éticas fundamentais tais como a meritocracia, a competência e o espírito de missão pública em detrimento da subserviência política. No processo eleitoral de 2024, por exemplo, a inclusão de candidatos nas listas para as Assembleias Provinciais e nacionais evidenciou que o lambobotismo e as trocas de favores operam como as principais moedas de troca para o acesso a cargos elegíveis (Guiraze, 2024)..

O Lambobotismo na Administração Pública: Perpetuação de Chefias e Desvio de Recursos

No aparelho da Administração Pública moçambicana, o lambobotismo consolidou-se como um poderoso instrumento de garantia de permanência e exercício do poder em cargos de chefia. Esta prática neutraliza o corpo técnico qualificado, uma vez que a capacidade de contestação e o rigor científico são vistos como ameaças pelas lideranças institucionalizadas (Correia, Vilas Boas e Alberto, 2024). Sob o pretexto de comissões de trabalho e grupos de fiscalização, estruturam-se mecanismos que, ao invés de auditar as contas públicas, servem para delapidar os bens do Estado e criar um cordão de adulação em torno dos decisores superiores para assegurar a manutenção de privilégios ou a promoção célere no setor.

Esta patologia organizacional reflete-se materialmente no desperdício do Orçamento do Estado. Nota-se a alocação de recursos financeiros públicos escassos em gastos supérfluos e cerimoniais como a edificação de tribunas temporárias de luxo para a receção de figuras do executivo central e provincial (Presidente da República e Governadores) enquanto as necessidades estruturais básicas das comunidades locais permanecem negligenciadas (Guirruco, 2025). Para mitigar o uso indevido destes fundos e travar o embelezamento cosmético e artificial das áreas visitadas, far-se-ia necessário que o executivo adotasse agendas de fiscalização surpresa com avisos de curto prazo. Tal medida evitaria a mobilização financeira forçada e a exaustão dos poucos recursos materiais que as populações vulneráveis detêm para a sua subsistência individual.

A subserviência generalizada perante as chefias resulta numa fraca e ineficácia fiscalização setorial. Os dirigentes superiores tendem a isolar-se em gabinetes, dependendo estritamente de relatórios burocráticos complacentes que mascaram as debilidades das instituições. Em setores vitais como a gestão de calamidades naturais e assistência humanitária, a ausência de auditorias independentes abre espaço para o oportunismo e desvio de fundos destinados às populações afetadas, agravando as condições de pobreza e vulnerabilidade no país (Nguenha, Raich e Weimer, 2009). O clientelismo entre governantes e a criação de comissões de fachada funcionam como redes de partilha de vantagens financeiras mútua. Paralelamente, a miséria da maioria estimula o lucro de

estabelecimentos comerciais privados mantidos por membros da própria elite política, tanto no território nacional como no estrangeiro.

Infraestruturas e Serviços Públicos: Sobrefaturação e o Medo da Despromoção em Tete e Manica

No âmbito do desenvolvimento de infraestruturas, como a construção de escolas e reabilitação de vias rodoviárias, o lambobotismo manifesta-se de forma aguda através do fenómeno da sobrefaturação de obras públicas, com evidências observadas nas províncias de Tete e Manica. Este modelo retarda o crescimento económico real e desvia o erário público para suprir interesses privados de gestores de topo (Mundundo *et al.*, 2026).

A ausência de contestação pública ou institucional sobre a inutilidade e o custo desproporcional destas obras decorre do receio latente das estruturas locais em sofrerem represálias, conotações políticas negativas ou despromoções sumárias de seus cargos, uma vez que o acesso a estas funções depende da confiança política e do apadrinhamento familiar, e não do concurso público transparente (Adelino, 2022).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A engrenagem comportamental que sustenta a degradação dos serviços públicos em Moçambique opera por meio de um ciclo fechado de dependência e coerção (Nipassa, 2016). Para sintetizar a dinâmica causal observada durante a revisão sistemática e as evidências empíricas nas províncias de Tete e Manica, a Tabela 1 esquematiza o fluxo estrutural que transforma as redes de compadrio político na ineficiência material das infraestruturas públicas, evidenciando como a cultura dos *yes-men* atua como um vetor de subdesenvolvimento socioeconómico.

Tabela 1. Ciclo de Reprodução do Lambebotismo e Ineficiência de Infraestruturas em Moçambique

Etapa do Ciclo	Manifestação Empírica em Moçambique (Tete/Manica)	Impacto Institucional e Operacional	Sustentação Teórica / Fontes Reais
1. Redes de Confiança Política/Familiar	Nomeações discricionárias para cargos de direção; filiação estratégica a braços políticos (ex: OJM); influência parental na indicação de vagas.	Aniquilação da Meritocracia: Eliminação de concursos públicos transparentes; o acesso é determinado pelo capital político e não pela habilidade técnica.	NEWITT, 1995; MEDEIROS, 2008
2. Acesso a Cargos de Chefia	Ocupação de postos-chave em ministérios estratégicos (ex: Interior), Direções de Saúde e Educação Distrital sem o devido perfil técnico.	Esvaziamento Cognitivo: Gestores focados em supervisionar metas políticas (como inflar taxas de aprovação escolar) em vez de auditorias de qualidade.	LICHUCHA,, 2026; WILSON; CADEADO, 2022
3. Medo da Conotação Negativa	Silêncio de funcionários e professores perante erros; temor ao rótulo persecutório " <i>parece que o projeto não é nosso</i> "; receio de represálias.	Cultura de Intimidação e Coerção: Transferências punitivas para zonas rurais recônditas do interior; despromoções sumárias de quadros técnicos dissidentes.	SERRA, 2007; FERRO, 2015
4. Adulação / Silêncio (Lambebotismo)	Proliferação de <i>yes-men</i> ; ministros distorcendo dados na imprensa; ocultação de irregularidades em relatórios oficiais de águas e estradas.	Blindagem da Incompetência: Neutralização da fiscalização interna e externa (<i>accountability</i>); criação de uma aura de infalibilidade ao redor das chefias.	SERRA, 2007; SOUTO, 2007
5. Sobre faturação e Ineficiência de Infraestruturas	Sanitários escolares a 2 milhões de meticais em Changara em detrimento de salas de aula; reabilitações paliativas e buracos com saibro pela ANE.	Desvio e Prejuízo Socioeconómico: Infraestruturas milionárias inauguradas em 2023 inoperantes em 2025; destruição recorrente de estradas na época chuvosa.	CONSÓRCIO CIP, 2010; MBENHANE, 2025

Fonte: Elaboração própria com base na revisão sistemática e evidências empíricas locais (2026).

O mesmo padrão de clientelismo e ocultação de incapacidades técnicas afeta o setor rodoviário e o abastecimento de água nas províncias de Tete e Manica:

- **Infraestrutura Rodoviária:** A Administração Nacional de Estradas (ANE) recorre reiteradamente a soluções paliativas e de baixa durabilidade, como o encerramento de buracos com saibro não compactado em troços críticos como Moatize-Mussacama (Tete) e Rio Luenha-Changara-Vanduzi (Manica). Estas intervenções são destruídas com a chegada da época chuvosa, alimentando suspeitas de um jogo de interesses e dependência económica mútua entre o governo local e as empresas privadas adjudicadas (Bila, 2025).
- **Abastecimento de Água Rural:** Sistemas de distribuição que operam com graves irregularidades técnicas são reportados em atas oficiais como "100% funcionais". Esta distorção documental visa ocultar a incapacidade de gestão perante as instâncias superiores para garantir a manutenção de elogios e a atribuição de prémios corporativos artificiais,

impedindo a identificação real dos problemas e privando os consumidores do acesso efetivo ao bem público (Dingane, 2022 e Mutumane, 2025).

Por fim, constata-se que o silêncio e o aplauso forçado diante de decisões administrativas erróneas são alimentados por um ambiente de repressão atitudinal. O uso de expressões intimidadoras como *"parece que este projeto não é nosso"* atua como um mecanismo de coerção psicológica para silenciar vozes dissonantes. No caso de funcionários públicos, como os professores da rede básica, a dissidência ou o exercício da liberdade de expressão resultam em sanções punitivas informais, tais como transferências compulsórias para zonas recônditas e isoladas do interior, consolidando o lambebotismo como uma estratégia defensiva de sobrevivência institucional.

Cultura Política, Patrimonialismo e a Lógica dos *Yes-Men*

A prática do lambebotismo em Moçambique não constitui um fenómeno isolado, nem uma excentricidade contemporânea; ela deita raízes profundas na história política do continente africano, caracterizada por estruturas de neopatrimonialismo e clientelismo (Newitt, 1995). Como assinala Pélissier (1986), durante o período de dominação colonial na África Oriental Portuguesa, o funcionamento do aparelho administrativo já era fortemente permeado por redes informais de favoritismo, protecionismo e subordinação psicológica — uma herança institucional que foi subsequentemente assimilada, adaptada e reproduzida pelas administrações estatais no cenário pós-independência.

Neste sentido, Medeiros (2008) reforça que o ambiente pós-colonial em múltiplos Estados africanos propiciou a emersão de instituições intencionalmente frágeis, onde a sobrevivência burocrática e o acesso a cargos públicos foram condicionados à lealdade pessoal e política em detrimento da qualificação meritocrática. Esta dinâmica institucionalizou o lambebotismo, convertendo-o numa tecnologia de mobilidade social e erguendo barreiras quase intransponíveis à consolidação de reformas administrativas profundas.

Na cultura política contemporânea de Moçambique, o lambebotismo atinge níveis exacerbados em virtude da opacidade e do fracasso prático nos processos de descentralização do poder. A distribuição de cargos na administração pública permanece refém de critérios discricionários de "confiança política", asfixiando os princípios basilares da justiça, honestidade, rigor profissional e idoneidade ética. Sob esta lógica, a figura do detentor do poder executivo máximo (a nível central, provincial ou distrital) é sacralizada pela estrutura subalterna, operando sob uma aura de infalibilidade quase religiosa (Ucucho, 2024). Qualquer diretriz emanada da chefia, ainda que desprovida de coerência técnica ou legalidade, é prontamente elogiada e aplaudida por atores interessados em capturar rendas ou ascender na hierarquia institucional.

Esta subserviência estrutural atinge contornos éticos alarmantes no funcionalismo público:

- **Endividamento e Corrupção:** Indivíduos desprovidos de competência real recorrem à contratação de créditos bancários asfixiantes com o propósito deliberado de subornar financeiramente os seus superiores em troca de nomeações e portarias de chefia (Bussotti, e Baloi, 2024).
- **Exploração e Vulnerabilidade de Género:** Mulheres em situação de subalternidade profissional são frequentemente empurradas a aceitar relações de concubinato e a condição de amantes de seus superiores hierárquicos como moeda de troca para garantir a estabilidade ou a progressão na carreira (Bolacha, 2013).

Esta cadeia de adulação opera em efeito cascata, estendendo-se desde o topo dos Ministérios até às direções distritais. Ministros de Estado e altos quadros governamentais preferem veicular falsidades deliberadas perante os órgãos de comunicação social para blindar a imagem do Executivo, camuflando a degradação dos serviços públicos e maltratando os cidadãos. A proliferação dos chamados *yes-men* indivíduos cuja única competência reside no assentimento automático a todas as ordens superiores introduz um estado de mal-estar crónico na governação moçambicana (Zaitseva, Krikunov, Tolochko, 2020). Ao converter decisões ilegais ou nocivas em normas aceitáveis, este sistema beneficia exclusivamente uma minoria oligárquica enquanto penaliza a maioria esmagadora da população, gerando um profundo e perigoso descontentamento social que fragiliza a paz civil.

Se a nível microrregional o lambobotismo paralisa o desenvolvimento físico de infraestruturas, a nível macroestrutural ele atua diretamente na captura da soberania popular e do aparato comunicacional do Estado. A Tabela 2 evidencia o encadeamento político-comportamental que converte o culto à personalidade e a multiplicação de *yes-men* num cenário crónico de assimetria económica. Esse ciclo perpetua os privilégios da minoria governante e catalisa o descontentamento das massas, estabelecendo uma clara relação entre a bajulação institucionalizada e a instabilidade do pacto social em Moçambique.

Tabela 2. Dinâmica Macroestrutural do Lambebotismo e Descontentamento Social em Moçambique

Etapa do Fluxo	Manifestação Empírica na Cultura Política Moçambicana	Impacto Sociopolítico e Governação	Sustentação Teórica / Fontes
1. Sacralização do Líder	Figuras do Executivo (Presidente, Ministros, Governadores) tratadas com reverência quase divina; infalibilidade discursiva das lideranças.	Subversão Democrática: Substituição do debate republicano institucional pelo culto à personalidade; esvaziamento das instâncias colegiadas.	<i>Carlos Serra (2014); Mbenhane (2025)</i>
2. Proliferação de "Yes-Men"	Ministros e diretores que aplaudem diretrizes inconsistentes; subordinação técnica à vontade política dos órgãos eleitorais (STAE/CNE).	Colapso da Racionalidade Burocrática: Anulação do parecer técnico e do pensamento crítico; ascensão e fixação de quadros incompetentes.	<i>Souto (2007); Ferro (2015)</i>
3. Ocultação de Falhas na Imprensa	Financiamento de discursos laudatórios; compra de pareceres de intelectuais para mitigar a crítica e distorcer a percepção pública.	Défice de Transparência e Informação: Bloqueio de canais oficiais de auditoria social; relatórios maquiados que atestam "100% de eficiência".	<i>Consórcio CIP; (2010) Wilson e Cadeado (2022)</i>
4. Benefício de Elites / Miséria Comum	Desperdício orçamental com tribunas de luxo; desvio de ajudas humanitárias em calamidades; expansão de estabelecimentos da elite política.	Agudização da Desigualdade: Acumulação primitiva de capital por uma minoria oligárquica enquanto a maioria enfrenta pobreza multidimensional.	<i>Pélissier (1986); Mbenhane (2025)</i>
5. Descontentamento Social	Grito de socorro ignorado da população; indignação silenciosa com a degradação das estradas (ANE) e a falta de água nas zonas rurais.	Erosão da Coesão e Risco à Paz Social: Ruptura do contrato social; surgimento de tensões cíclicas e manifestações de contestação civil.	<i>Newitt (1995); Carlos Serra (2014)</i>

Fonte: *Elaboração própria com base na revisão sistemática e análise da cultura política moçambicana (2026).*

Impactos Multissetoriais do Lambebotismo nas Instituições de Saúde e Educação

As implicações materiais do lambebotismo nas instituições moçambicanas são profundas e sistêmicas. A ascensão de quadros não qualificados por via da adulação compromete a qualidade dos serviços públicos essenciais e promove ciclos viciosos de incompetência institucionalizada e corrupção (Souto, 2007). Adicionalmente, esta prática impõe a exclusão e a marginalização sistemática de profissionais competentes e íntegros que, por se recusarem a submeter à lógica degradante da bajulação, acabam desvalorizados ou ostracizados pelas chefias (Serra, 2014). Nas

dinâmicas do setor privado, o lambobotismo sabota a competitividade corporativa, uma vez que sufoca a liberdade de expressão, aniquila o pensamento crítico e inibe a inovação e a iniciativa autónoma dos colaboradores.

No ecossistema das instituições públicas moçambicanas, os efeitos desta patologia manifestam-se de forma flagrante e defeituosa em dois setores vitais para o desenvolvimento socioeconómico do país:

A) O Setor da Saúde Pública

Nas unidades sanitárias e direções de saúde, o atendimento prestado aos utentes é cronicamente deficitário e desumanizado. Esta realidade decorre da incompetência técnica e da ausência de brio profissional por parte de diretores e gestores hospitalares. Em vez de supervisionarem o funcionamento de departamentos de urgência e farmácias hospitalares, estes dirigentes priorizam a participação em comícios, marchas e eventos de mobilização político-partidária como estratégia de autopromoção e preservação dos seus cargos perante a tutela governamental.

B) O Setor da Educação Nacional

Na rede de ensino público, observa-se uma distorção severa da missão pedagógica. Os gestores escolares e diretores de serviços distritais concentram as suas energias na coerção psicológica sobre o corpo docente, exigindo a produção artificial de elevadas percentagens de alunos aprovados. Esta pressão política substitui a necessária supervisão pedagógica e a introdução de reformas estruturais de qualidade, forçando a implementação de "passagens automáticas" que mascaram o analfabetismo funcional e fragilizam as bases do ensino nacional.

Neste cenário de degradação educacional, muitos professores passam a encarar o lambobotismo como a única via viável para a mobilidade profissional. Para alcançar cargos de direção escolar ou garantir transferências para áreas urbanas e outros Ministérios, os docentes abdicam dos princípios éticos do bom senso e da deontologia profissional para se filiarem massivamente em braços políticos do partido no poder, como a Organização da Juventude de Moçambique (OJM).

Essa instrumentalização da carreira docente subverte a natureza da escola: as instituições de ensino deixam de funcionar como espaços de emancipação cognitiva e científica para operarem como comités políticos secundários. O resultado final é o colapso da qualidade educativa, guiado pela ganância individual por cargos de chefia e pela total desvinculação dos profissionais em relação às suas áreas de formação originais.

A Urgência de uma Nova Cultura Institucional: Meritocracia frente à Captura do Estado

Combater o complexo fenómeno do lambebotismo em Moçambique exige mais do que a mera introdução de reformas administrativas de carácter burocrático; demanda uma rutura cultural profunda nos padrões de socialização e governança corporativa das organizações. É imperativo edificar instituições fundadas estritamente nos princípios do mérito individual, da ética pública e da responsabilidade administrativa (*accountability*), estruturadas a partir de sistemas de avaliação de desempenho que sejam genuinamente justos, auditáveis e transparentes. Como sustentam Newitt (1995) e Medeiros (2008), a consolidação de um Estado de Direito democrático e eficaz na África Subsariana depende, de forma umbilical, da promoção ativa de uma cultura de integridade e da rejeição categórica das redes de clientelismo que asfixiam a máquina pública.

Contudo, a práxis governativa em Moçambique revela que as lideranças políticas dominantes operam frequentemente como vetores de perpetuação do clientelismo, posicionando-se como forças refratárias à implementação da meritocracia e da transparência no exercício das funções públicas. A aversão à transparência atua como o mecanismo de blindagem que valida o lambebotismo e a lealdade cega ao chefe como os principais e, em muitos casos, os únicos critérios normativos informais para a nomeação e ascensão a cargos de relevância institucional (Sozinho, 2025). Esta subversão descredibiliza o funcionamento do aparelho de Estado, convertendo a corrupção ativa e o tráfico de influências em moedas de troca legítimas e eficazes utilizadas pelos colaboradores para auferir recompensas assimétricas e privilégios singulares, tais como:

- **Promoções de Carreira Artificiais:** Progressão horizontal e vertical na folha salarial do Estado sem a devida contrapartida de produtividade ou tempo de serviço técnico.
- **Progressão Académica Fraudulenta:** Alteração e equivalência de níveis académicos no Sistema de Carreiras e Remunerações com base no compadrio e na validação complacente de chefias.
- **Transferências Discrecionárias para Zonas Confortáveis:** Deslocamento geográfico de funcionários públicos de áreas rurais recônditas para centros urbanos desenvolvidos e bem localizados, esvaziando o atendimento nas províncias do interior.

Para além dos impactos na infraestrutura física e na soberania política, a mercantilização do funcionalismo público opera através de um circuito fechado de recompensas amorais. A **Tabela 3** sistematiza o percurso que transforma a aversão institucional à transparência num canal informal de vantagens e progressões funcionais. Esse arranjo premia o comportamento adulatorio e penaliza o rigor técnico, atuando como o fator central para a progressiva descredibilização da máquina pública moçambicana perante os cidadãos que dela dependem.

Tabela 3. Dinâmica de Progressão Funcional por Subversão Meritocrática em Moçambique

Etapa do Fluxo	Manifestação Empírica na Função Pública Moçambicana	Impacto Corporativo e Administrativo	Sustentação Teórica / Fontes
1. Aversão à Transparência	Ocultação de critérios de preenchimento de vagas; rejeição a concursos públicos auditáveis; centralização de decisões de pessoal.	Privatização da Gestão de Recursos Humanos: Substituição de regras universais por decisões discricionárias das chefias de topo.	<i>Souto (2013); Mbenhane (2025)</i>
2. Institucionalização da Lealdade Cega	Ascensão condicionada à vassalagem psicológica; exigência de anuência irrestrita a ordens ilegais (comum no Ministério do Interior).	Cultura de Subordinação Acrítica: Invalidação do corpo técnico qualificado; eliminação do parecer científico ou jurídico dissonante.	<i>Carlos Serra (2014); Wilson e Cadeado (2022)</i>
3. Acesso a Promoções, Graus e Transferências	Progressões horizontais artificiais; equivalências de graus académicos por compadrio; transferências para zonas urbanas e confortáveis.	Incentivos Assimétricos e Desvio Ético: Estímulo à corrupção ativa (empréstimos para suborno) e vulnerabilidade de género (troca de favores sexuais).	<i>Ferro (2015); Mbenhane (2025)</i>
4. Descredibilização da Máquina Pública	Colapso na eficiência de ministérios estratégicos; serviços básicos desumanizados; desvinculação da área de formação original.	Erosão da Legitimidade Estatal: Ruína da confiança do cidadão nas instituições de proteção e ordem; colapso ético e funcional do Estado.	<i>Newitt (1995); Medeiros (2008)</i>

Fonte: Elaboração própria com base na revisão sistemática e evidências do funcionalismo público moçambicano (2026).

No mapeamento das assimetrias ministeriais moçambicanas, verifica-se que esta patologia não afeta os setores com a mesma intensidade. Setores estratégicos ligados à segurança e à ordem pública com particular e inquestionável destaque para o Ministério do Interior figuram como os cenários de maior visibilidade no exercício e reprodução destas práticas disfuncionais. No âmbito destas instituições, o lambobotismo converteu-se na principal tecnologia de sucesso para a ascensão a postos de comando, superintendência e tomada de decisão (Machava, 2025).

O esvaziamento das competências técnicas, das habilidades operacionais e do brio profissional em favor da vassalagem psicológica neste Ministério fragiliza a segurança nacional e desidrata a confiança do cidadão nas forças de proteção pública. Consequentemente, a evidência empírica demonstra que a ocupação de cargos de chefia na Administração Pública moçambicana encontra-se capturada por uma lógica neopatrimonial que prioriza a sobrevivência do regime em detrimento da eficiência e do bem-comum.

RECOMENDAÇÕES DE REFORMAS ADMINISTRATIVAS

Com base nos diagnósticos macro e microestruturais sistematizados ao longo deste estudo, torna-se evidente que o desmantelamento do lambobotismo em Moçambique requer uma intervenção profunda e multidimensional que transcenda a mera aprovação de pacotes legislativos de fachada. Para resgatar a integridade, a racionalidade burocrática e a eficácia das instituições públicas e privadas, propõem-se as seguintes reformas administrativas urgentes:

1. **Institucionalização de Concursos Públicos Cegos e Despolitizados:** Desvincular categoricamente o acesso e a progressão em cargos de chefia do critério discricionário da "confiança política". Propõe-se a obrigatoriedade de concursos públicos de mérito, supervisionados por comissões de recrutamento independentes e externas ao Ministério de tutela. Especificamente em setores estratégicos como o Ministério do Interior, o mérito técnico e a integridade de carreira devem sobrepor-se à lealdade partidária.
2. **Implementação do Orçamento Participativo e Fiscalização Surpresa:** Para travar o desperdício de fundos públicos com o "embelezamento cosmético" e a construção de tribunas de luxo temporárias durante visitas presidenciais ou governamentais, as agendas do Executivo devem adotar um regime de auditoria surpresa. Os recursos orçamentais locais devem ser blindados e geridos com a participação direta da sociedade civil, garantindo que investimentos como os 2 milhões de meticais identificados em Changara sejam canalizados para infraestruturas duradouras, como salas de aula na Escola Secundária Emília Dausse e na Escola Básica de Mazoe.
3. **Auditoria Independente e Digitalização de Serviços de Infraestrutura (ANE e Águas):** Criar canais eletrónicos centralizados e abertos ao público para monitorar o funcionamento real de estradas e sistemas de abastecimento de água nas províncias de Tete e Manica. O uso de relatórios digitais georreferenciados diretamente pelos consumidores mitigará a prática de gestores locais que mascaram ineficiências com falsos relatórios de "100% de funcionamento". Empresas adjudicadas pela Administração Nacional de Estradas (ANE) para obras paliativas (como o fechamento de buracos com saibro nos troços Moatize-Mussacama e Rio Luenha-Changara-Vanduzi) devem ser auditadas por laboratórios de engenharia independentes, vinculando o pagamento à durabilidade real da obra.
4. **Proteção Jurídica à Liberdade de Expressão do Funcionário Público:** Criar um Estatuto de Proteção ao Denunciante e ao Pensamento Crítico no Funcionalismo Público (com ênfase nos setores da Saúde e Educação). É urgente criminalizar as transferências punitivas compulsórias para o interior e as despromoções arbitrárias baseadas na conotação política de "não parecer nosso". A filiação a organizações como a OJM ou partidos políticos não deve constituir vantagem curricular ou critério de mobilidade entre Ministérios.
5. **Reforma dos Critérios de Avaliação na Educação e Saúde:** Extinguir a política impositiva de "passagens automáticas" na educação primária e secundária, que força professores a

adulterarem dados sob coerção da direção. Os gestores hospitalares e escolares devem ser avaliados com base em indicadores tangíveis de supervisão pedagógica e brio clínico, sendo penalizados administrativamente se priorizarem a participação em comícios políticos em detrimento da fiscalização de seus departamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta revisão sistemática permitiu desvelar a anatomia do "lambebotismo" em Moçambique, retirando-o do espaço da gíria popular para consolidá-lo como uma patologia social e organizacional de natureza neopatrimonial. Os resultados obtidos confirmam que a bajulação crónica e a proliferação de *yes-men* operam como uma tecnologia informal de sobrevivência e captura do Estado, que sabota a meritocracia, promove a mediocridade generalizada e atua como a antessala da corrupção sistémica.

Ficou demonstrado, através das matrizes causais esquematizadas (Tabelas 1, 2 e 3), que o lambebotismo gera um circuito fechado de subordinação psicológica. A nível micro, esta dinâmica desidrata a qualidade das infraestruturas essenciais em províncias como Tete e Manica, resultando em obras sobrefaturadas, inoperantes ou de baixíssima durabilidade. A nível macro, o culto à personalidade e a opacidade na imprensa geram um benefício assimétrico para uma minoria oligárquica, enquanto impõem a miséria multidimensional à maioria da população, culminando num crescente e perigoso descontentamento social que ameaça a paz pública.

O estudo revela que o descompasso entre a legislação formal de boa governação e a práxis diária das instituições moçambicanas é sustentado pelo medo da despromoção e pela mercantilização das carreiras públicas. Práticas degradantes, que envolvem o endividamento bancário para o suborno de chefias e a exploração de género através de favores sexuais em troca de promoções, demonstram a urgência de uma rutura ética no funcionalismo público moçambicano.

Em suma, o porvir de Moçambique depende da edificação de uma nova cultura institucional que recuse o clientelismo e resgate a dignidade do trabalho técnico. Enquanto a adulação oportunista continuar a ser mais rentável do que o brio e o rigor profissional, as instituições públicas e privadas permanecerão incapacitadas de responder aos desafios do desenvolvimento socioeconómico. Libertar o aparelho de Estado e o mercado empresarial das amarras do lambebotismo é, por conseguinte, um imperativo moral e uma condição indispensável para a construção de uma sociedade genuinamente justa, transparente e democrática.

REFERENCIAS

ADELINO, Diamantino. Avaliação do investimento em infraestrutura urbana e rural na autarquia da cidade de Nampula, Moçambique. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 3, n. 9, p. e391833-e391833, 2022.

ANDRÉ DE AMARAL, Alcides; BORGES LEÃO, Andrea. A moralidade na construção do Estado Nacional em Moçambique de 1975 a 2004. **Espacio Abierto. Cuaderno Venezolano de Sociología**, v. 32, n. 4, p. 201-214, 2023.

BILA, Stélio EM. INFRAESTRUTURA E ACESSO A MERCADOS DAS MPMS EM MOÇAMBIQUE. **ALBA-ISFIC Research and Science Journal**, v. 1, n. 10, p. 114-127, 2025.

BOLACHA, Natália. **A Mulher Moçambicana Na Ocupação De Cargos De Decisão**. . Tese de Doutorado. Universidade Católica Portuguesa. 2013. 222p Disponível em: <http://www.repositorio.ucm.ac.mz/bitstream/123456789/85/1/Nat%c3%a1lia%20Bolacha-%20Tese%20de%20Doctoramento.pdf>

BOTELHO, Flora. Making others (un) equal: The social ethics of Scandinavian enclaving in Maputo, Mozambique. *Critique of Anthropology*, v. 41, n. 4, p. 361-373, 2021.

BUSSOTTI, Luca; BALOI, Jochua Abrão. O processo da descentralização em Moçambique: entre avanços e recuos. **Análise Social**, v. 59, n. 252, p. e2146-e2146, 2024.

CAMPOS, Luciana Martins. **As autoridades tradicionais na administração pública local em Moçambique**. Editora Dialética, 2021.

CORREIA, MILTON. A formação social do Estado-nação e a crítica pós-colonial: o surgimento da história crítica em Moçambique. **Outros Tempos: Pesquisa em Foco-História**, v. 12, n. 19, 2015.

CORREIA, F. C. João Paulo Simões VILAS BÔAS e Igor Adolfo Assaf Mendes ALBERTO, Sobre a(s) democracia(s)teorias – modelos – críticas - A descentralização como mecanismo de inclusão social em moçambique: do central ao local p. 349. Livro: . **Sobre a (s) democracia (s) teorias–modelos–críticas**, Editora Fundação Fênix. Porto Alegre, 2024. 524p.

COSTA, Cinthia Graciet Júlio. As possibilidades de accountability dos deputados para com o eleitorado num sistema eleitoral de representação proporcional e de listas partidárias–o caso do círculo eleitoral de Gaza. Trabalho de Fim de Curso, na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. 2012. 52p. Disponível em: <http://196.3.97.28/bitstream/123456789/410/1/2012%20-%20Costa%2c%20Cinthia%20Graciet%20J%c3%balio.pdf>.

CHICHONGUE, Remígio Avelino. A ética e os problemas históricos do século xxi em Moçambique: demanda por uma alternativa paradigmática. Licenciada por uma licença creative commons Você é livre para, p. 45, 2024.

CIP, 2010a. Governação local em Moçambique: Desempenho de distritos e autarquias locais aquém do planificado. Um olhar a partir dos distritos de Bilene, Mabalane, Búzi, Cheringoma, Montepuez, Chiúre e autarquias locais de Manjacaze, Marromeu e Mocímboa da Praia. Maputo: Centro de

Integridade Pública (CIP)/ AMODE/ Grupo Moçambicano da Dívida/ Liga dos Direitos Humanos.

CIP, 2010b. O Relatório e Parecer do Tribunal Administrativo sobre a Conta Geral do Estado de 2008: algumas omissões preocupantes. CIP Newsletter, 5. <http://www.cip.org.mz/article.asp?lang=&sub=news&docno=19>

WEIMER, Bernhard; MACUANE, José Jaime; BUUR, Lars. A economia do political settlement em Moçambique: Contexto e implicações da descentralização. **Mocambique: Descentralizar o Centralismo. Economia política, Recursos E Resultados. IESE: Maputo (Mozambique)**, p. 31-75, 2012.

DINGANE, Alexandre Anselmo. Considerações técnicas do abastecimento de água por fornecedores privados de água em Moçambique e as suas implicações: Província e Cidade de Maputo. Relatório do estágio profissional apresentado para satisfação parcial dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciado em Engenharia Civil - Universidade Eduardo Mondlane 2022. 89p. <http://196.3.97.28/bitstream/123456789/2888/1/2022%20-%20Dingane%2c%20Alexandre%20Anselmo.pdf>

FERRO, J. A. **A burocracia do medo: cultura organizacional e constrangimentos da liberdade de expressão na função pública moçambicana**. Revista Moçambicana de Estudos do Desenvolvimento, Maputo, v. 4, n. 2, p. 89-112, 2015.

FERRO, Rogério Juvêncio Vamos lá falar : um estudo psicopolítico da consciência política a partir das percepções sobre o fenómeno da corrupção em Moçambique. Dissertação da USP. São Paulo – SP., 2015 224 f.: il. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/100Dissertaçãoda2015-075041/publico/rferrocorrigida.pdf> Acesso em 20 de junho de 2026.

GARIBE FILHO, Roberto Nami. **O mecanismo de compra de influência: o dinheiro e as decisões de políticas públicas no Brasil**. 2023. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GUIRRUGO, Adérito Arnaldo. **Governança democrática em Moçambique: orçamento participativo como instrumento de desenvolvimento autárquico no Distrito Municipal KaMavota (2012-2016)**. Tese de Doutorado. Universidade Eduardo Mondlane. 2025..106p.. <http://www.repositorio.uem.mz/handle/258/1470>

GUIRAZE, Jone Chigueda Seda. Eleições por lista partidária fechada em Moçambique: uma análise das eleições legislativas. Dissertação a ser apresentada a extensão da Universidade Católica de Moçambique 2024. 108p. <http://repositorio.ucm.ac.mz/bitstream/123456789/368/1/Trabalho%20final%20defesa%20PDF%202024.pdf>

JOSÉ, André Cristiano. Autoridades ardilosas e democracia em Moçambique. **O Cabo dos Trabalhos. Revista electrónica dos Programas de Mestrado e Doutoramento do CES/FEUC/FLUC**, v. 1, 2005.

LICHUCHA, P. A. Reestruturações administrativas do Estado e a configuração dos arquivos: um olhar aos domínios da agricultura e pesca de Moçambique (1994 - 2025). 2026. 182 p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Marília, 2026. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/fb7b6095-7b59-4e68-beac-a02c4d7db90e>

SEMEDO, Rui Jorge (2021). "PAIGC a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)". Instituto Superior de Economia e Gestão – CEsA/CSG - Documentos de Trabalho nº 182/ 2021. <https://repositorio.ulisboa.pt/entities/publication/fd486cae-a1d1-4540-b05f-0ecf301184a9>

MBENHANE, Henrique Feliciano. *Corrupção na administração pública em Moçambique: uma análise das reformas do sector público no contexto da prevenção e combate à corrupção-caso CEDSIF (2015-2023)*. Dissertação apresentada Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique. 2025. 111p. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/1486/1/2025%20-%20Mbenhane%2c%20Henrique.pdf> acesso em 20 de junho de 2026.

MACHUNGO, Inês. Estratégias de criação lexical no Português de Moçambique: aspectos da derivação sufixal. **Revista Científica da UEM: Série Letras e Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, 2015.

MACHAVA, Cândido Júlio. *Corrupção e neopatrimonialismo em Moçambique: análise e interpretação das estratégias de prevenção, combate e o papel da sociedade*. Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane 2025. 94p. <http://196.3.97.28/bitstream/123456789/5342/1/2025%20-%20Machava%2c%20C%3a2ndido%20J%c3%balio.pdf>

MUTUMANE, Antonio Ernesto. ANÁLISE DO PAPEL DOS INTERVENIENTES DA SEGURANÇA RODOVIÁRIA NA PREVENÇÃO DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO NA CIDADE DE XAI-XAI. **Convergências: estudos em Humanidades Digitais**, v. 1, n. 7, p. 190-206, 2025.

MACHAVA, Cândido Júlio. **Corrupção e neopatrimonialismo em Moçambique: análise e interpretação das estratégias de prevenção, combate e o papel da sociedade**. Monografia apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Sociologia na Universidade Eduardo Mondlane. 2025. 94p. Disponível em <http://196.3.97.28/bitstream/123456789/5342/1/2025%20-%20Machava%2c%20C%3a2ndido%20J%c3%balio.pdf>

MUNDUNDO, G. N., RUCO, L. B., GUAMBE, F. N., & JOAO, J. D. O Papel das Parcerias Público-Privadas para o Desenvolvimento Sustentável em Moçambique período 2020-2024. **RBMED-Revista Científica Brasileira de Saúde e Medicina (Brazilian Scientific Journal of Health and Medicine)** ISSN 3086-2477, v. 1, n. 1, 2026.

MBENHANE, M. A. A governança da desconfiança: dinâmicas de clientelismo e *accountability* na gestão municipal em Moçambique. In: SIMIONE, A. A. (org.). **Participação e Accountability em Moçambique: Análise das Experiências de Gestão**. Maputo: Escolar Editora, 2025. p. 45-78.

MEDEIROS, J. L. O. As elites intermédias e a administração pública colonial em Moçambique: identidades, protecionismo e transições. In: CABAÇO, J. L. O. (org.). **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. São Paulo: USP, 2008. p. 114-142.

NGUENHA, Eduardo; RAICH, U.; WEIMER, B. Governação municipal democrática em Moçambique: alguns aspectos importantes para o desenho e implementação de modelos do orçamento participativo. In: **II Conferência do IESE sobre dinâmicas da pobreza e padrões de acumulação em Moçambique**. Maputo: IESE. 2009. p. 1-32.

N'RUNCA, António. Ungulani Ba Ka Hhosa e Mia Couto: o desafio na construção da memória cultural moçambicana no pós-independência. 2025.

NIPASSA, Orlando Júlio André. **Autonomia e dependência da sociedade civil no processo de desenvolvimento humano em Moçambique**. Tese de Doutoramento. ISCTE-Instituto Universitario de Lisboa (Portugal). 2016.24p. <https://www.proquest.com/openview/4a96185e86de7f06480dd91c6ab9196e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>

NEWITT, M. D. D. **A History of Mozambique**. Bloomington: Indiana University Press, 1995. 679 p.

NAÍFE, Hélder Manuel. **Fundamentos jurídico-constitucionais do controlo dos actos e contratos administrativos dos órgãos de governação descentralizada e das autarquias locais pelo governo central no contexto moçambicano**. Nampula – Moçambique. Tese a ser apresentada no Departamento de Doutoramento, na Faculdade de Direito da Universidade Católica de Moçambique 2022. 316. Tese de Doutoramento. <http://repositorio.ucm.ac.mz/bitstream/123456789/249/1/Tese%20-%20H%c3%a9lder%20Manuel%20Na%c3%adfe.pdf>

POESCHL, Gabrielle; RIBEIRO, Raquel. Ancoragens e variações nas representações sociais da corrupção. **Análise social**, p. 419-445, 2010.

PÉLISSIER, R. **História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)**. Lisboa: Editorial Estampa, 1986. v. 1, 412 p.

SERRA, Carlos. **Diário de um Sociólogo: Notas sobre a auto-censura, o lambebotismo e a repressão imaginária nas instituições em Moçambique**. Maputo: Oficina de Sociologia/UEM, 2007.

SOUTO, Amélia Neves de. **Caetano e o Ocaso do «Império»: Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)**. Porto: Edições Afrontamento, 2007. 453 p. [

WILSON, E.; CADEADO, J. **O "Yes-Man" institucionalizado: o impacto da bajulação política na retenção de talentos no setor público e privado moçambicano**. Revista de Ciências Sociais e Administração de Moçambique, Beira, v. 9, n. 1, p. 12-34, 2022.

ROCHA, Fabrício Dias. **As Histórias do Depois: Processos identitários na trajetória de moçambicanos “brancos” em Maputo e Tete após a independência de Moçambique**. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra (Portugal). 2018.

RIBEIRO, Gabriel Mithá. Chissano contra Machel e o Colono: representações sociais do estado em Moçambique. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 13/14, p. 29-47, 2007.

SENGA, Rogério; SILVA, Alessandro Soares. Consciência Política e Corrupção em Moçambique: entre a subalternidade e a transformação. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 168-189, 2015.

SCHNEIDER, Gustavo Alberto. A formação de um servidor público inovador no ciclo das políticas públicas: contribuições a partir da matriz pragmático-sistêmica. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Direito Stricto Sensu – Doutoramento, na área de concentração de Direitos Sociais e Políticas Públicas da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC Santa Cruz do Sul 2026. 275.

Disponível em :
<https://repositorio.unisc.br/jspui/bitstream/11624/4265/1/Gustavo%20Alberto%20Schneider.pdf>
acessado em 22 de junho de 2026.

SOUZA, Larissa da Silva Lisboa Utopias no universo distópico: a escrita de autoria feminina em Moçambique. Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo 2020. 168p. https://web.archive.org/web/20210608233732id_/https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-03062021-121351/publico/2020_LarissaDaSilvaLisboaSouza_VOrig.pdf

SOZINHO, Abuquine Daniel. COMUNICAÇÃO PÚBLICA E ACCOUNTABILITY: RESPOSTAS ESTRATÉGICAS AOS DESAFIOS DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO NOVO PARADIGMA DE GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZADA EM MOÇAMBIQUE. **ÉTICA E CIDADANIA**, p. 102, 2025.

SAMAHA, Marcos Baruki. O privilégio branco sistêmico, as normas raciais ea manifestação do racismo estrutural: a perspectiva de líderes organizacionais.2021. 239p.<https://dspace.mackenzie.br/bitstreams/d5f94a9e-21cf-4e00-8336-4a368674177f/download>

UCUCHO, Rúben Noa. **Governança da pobreza como mecanismo de dominação: análise da configuração administrativa-local para protecção social em Moçambique**. Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para obtenção do grau deMestre em Administração Pública, na Faculdade de Letras e Ciência Sociais da UniversidadeEduardo Mondlane. 2024. 96p. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/1125/1/2024%20-%20Ucucho%2c%20R%c3%baben%20Noa.pdf>

VILELA, Mário. A língua portuguesa em África: tendências e factos. **Africana studia: revista internacional de estudos africanos**, n. ° 1, 1999, p. 175-191, 1999.

WILSON, Francelino; CADEADO, Cadeado Oliveira. Manifestação da linguagem humana em ‘Memes’: mecanismos linguístico-discursivos. **Revista de Estudos de Português Língua Internacional**, v. 2, n. 1, p. 95-115, 2022.

ZAITSEVA, Irina A.; KRIKUNOV, Alexander; TOLOCHKO, Aleksandr V. The use of public service advertising for solving social problems. **REICE: Revista Electrónica de Investigación en Ciencias Económicas**, v. 8, n. 15, p. 177-195, 2020.